Ser ONU

SIMULAÇÃO ESTUDANTIL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NA REDE ESTADUAL

1ª Simulação Estudantil da Organização das Nações Unidas na Rede Estadual

DOSSIÊ

CDH: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Vitória
2025



República Federativa do Brasil

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

O Brasil é o maior país da América do Sul e o quinto maior do mundo em área territorial, se estende por quase metade da América do Sul, com uma costa de mais de 7.400 km no Oceano Atlântico.

Contexto Histórico

A história do Brasil é marcada por transformações políticas significativas. O país conquistou sua independência em 1822, que o libertou do domínio português e deu início a um período monárquico que durou até 1889. Neste ano, a proclamação da República encerrou o império e estabeleceu um sistema presidencialista. A República, no entanto, foi pontuada por períodos de instabilidade e por uma ditadura militar que durou de 1964 a 1985. A redemocratização culminou na promulgação da Constituição Federal de 1988, que é a atual Carta Magna do país e trouxe garantias fundamentais para os direitos humanos, solidificando o compromisso do Brasil com a democracia. A participação brasileira em fóruns internacionais como o Comitê de Direitos Humanos da ONU é um reflexo direto da busca por cooperação multilateral.

Delegação em relação ao tema

A posição do Brasil sobre a governança e regulação de mídias e redes de internet é clara: o país busca um equilíbrio entre a liberdade de expressão e a necessidade de combater a desinformação e a violência online. O Brasil defende que a regulação é essencial para proteger a democracia e os direitos dos cidadãos no ambiente digital. Recentemente, a delegação tem justificado projetos de lei como o PL das *Fake News*, que visa responsabilizar plataformas e combater a disseminação de notícias falsas, e defendido decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) que determinaram a remoção de conteúdos e o bloqueio de perfis em redes sociais. O argumento central é que, diante dos ataques às instituições democráticas, como o que ocorreu em 8 de janeiro de 2023, essas medidas são necessárias para garantir a estabilidade e a segurança do país, sem ferir a liberdade de expressão. O Brasil, assim, procura mostrar que a regulação digital é um passo fundamental para um ambiente online mais seguro e plural.

Ser ONU



República da Índia

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

A Índia, sétimo maior país do mundo em área territorial, é a nação mais populosa do planeta, com mais de 1,4 bilhão de habitantes, e uma extensa costa banhada pelo Oceano Índico, o Mar Arábico e a Baía de Bengala.

Contexto Histórico

A história política da Índia moderna é definida por sua jornada rumo à independência e pela consolidação da democracia. Após quase dois séculos de domínio britânico, a Índia conquistou sua independência em 1947, um evento que culminou na partição do subcontinente indiano, criando a Índia e o Paquistão. Esse processo resultou em uma das maiores migrações em massa e episódios de violência da história. Em 1950, a Índia promulgou sua Constituição, estabelecendo-se como uma república democrática parlamentar, secular e soberana. O país, desde então, passou por grandes transformações políticas e econômicas, mantendo um sistema democrático em meio a uma diversidade cultural e religiosa sem precedentes.

Delegação em relação ao tema

A posição da Índia sobre a regulação das mídias e da internet é de equilíbrio entre a liberdade de expressão e a necessidade de garantir a segurança nacional e a ordem pública. O governo indiano defende que a regulação é crucial para combater a desinformação, o extremismo e a criminalidade online. Recentemente, a delegação tem defendido medidas como as Regras de Tecnologia da Informação de 2021 (IT Rules), que exigem que as plataformas digitais removam conteúdo considerado ilegal pelas autoridades e rastreiem a origem de certas mensagens. A Índia argumenta que essas regras são necessárias para responsabilizar as plataformas e proteger os cidadãos, especialmente em um país com alta penetração digital e desafios de segurança. Essa abordagem é vista pelo governo como uma forma de manter a estabilidade democrática e a soberania nacional em um ambiente digital cada vez mais complexo.

Ser ONU



República Federal da Alemanha

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

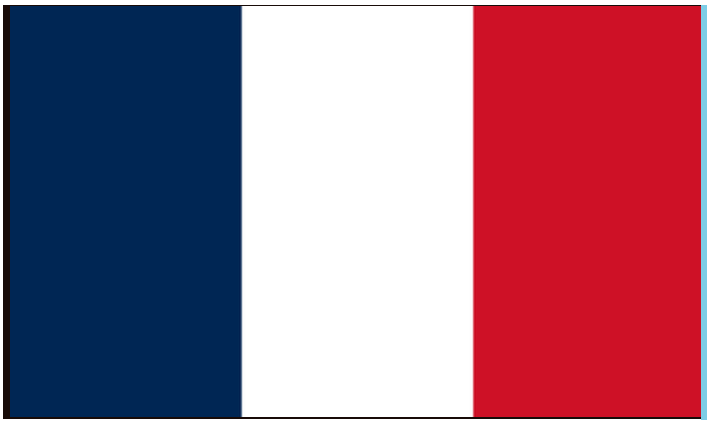
A Alemanha, situada na Europa Central, é o país mais populoso da União Europeia. Sua geografia é caracterizada por uma diversidade de paisagens, com nove países vizinhos, sendo centro político e econômico do continente.

Contexto Histórico

A história moderna da Alemanha é intrinsecamente ligada aos eventos do século XX. Após a devastação da Segunda Guerra Mundial, o país foi dividido em duas nações em 1949, um reflexo direto das tensões da Guerra Fria. De um lado, a República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidental), e do outro, a República Democrática Alemã (Alemanha Oriental), sob a esfera de influência soviética. A reunificação da Alemanha, em 1990, marcou o fim da Guerra Fria e foi um momento de profunda transformação política, econômica e social. O processo de unificação foi complexo. A Lei Fundamental *(Grundgesetz)*, que serviu como constituição da Alemanha Ocidental, foi adotada por toda a nação, consolidando o compromisso com a democracia, o estado de direito e a proteção dos direitos humanos.

Delegação em relação ao tema

A posição da Alemanha sobre a governança e regulação de mídias e redes de internet é de extrema seriedade, baseada na defesa da democracia e no combate a discursos de ódio e notícias falsas. O país busca um equilíbrio entre a liberdade de expressão e a necessidade de proteger a dignidade humana e prevenir a violência. A Alemanha foi um dos primeiros países a implementar uma legislação rigorosa com a Lei de Execução de Rede (*NetzDG*), que exige que as plataformas digitais removam conteúdo ilegal, como discurso de ódio e incitação à violência, em um curto período de tempo. A delegação alemã defende que essa abordagem é essencial para manter a ordem social, proteger minorias e garantir um debate público saudável, sem, no entanto, comprometer o direito à liberdade de expressão.



República Francesa

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

A França, um dos maiores países da Europa Ocidental, faz fronteira com países como Bélgica, Alemanha, Suíça, Itália e Espanha. Possui extensas costas no Oceano Atlântico e no Mar Mediterrâneo, facilitando o comércio.

Contexto Histórico

A história política da França é profundamente enraizada nos ideais da Revolução Francesa de 1789, que derrubou a monarquia absolutista e estabeleceu os princípios de "*Liberté, Égalité, Fraternité*". A nação passou por diversas fases, incluindo repúblicas, impérios e restaurações monárquicas, até a fundação da Quinta República em 1958, que é o atual sistema de governo semipresidencialista. Como um dos membros fundadores da União Europeia e membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, a França desempenha um papel central na política internacional, mantendo um sistema democrático forte, com foco na laicidade do Estado e na proteção dos direitos individuais e sociais.

Delegação em relação ao tema

A posição da França sobre a regulação de mídias e redes de internet reflete seu compromisso com os valores republicanos de liberdade, mas também com a ordem pública e a segurança nacional. O país busca ativamente responsabilizar as plataformas digitais por conteúdos ilegais, como discurso de ódio, apologia ao terrorismo e desinformação. A delegação francesa defende que, embora a liberdade de expressão seja um direito fundamental, ela não é absoluta e deve ser limitada para proteger os cidadãos e a sociedade de ameaças reais. O governo francês tem apoiado regulamentações que exigem que as empresas de tecnologia ajam rapidamente para remover conteúdo ilícito e cooperem com as autoridades, argumentando que a colaboração entre o setor privado e o Estado é vital para combater a radicalização e manter a coesão social em um ambiente digital.



Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

O Reino Unido é uma nação insular localizada na Europa Ocidental, compreendendo quatro países: Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte. Sua geografia é extensa, cercada por mais de 12.000 km de costa.

Contexto Histórico

A história política do Reino Unido é marcada por uma evolução gradual, culminando em uma monarquia constitucional e uma democracia parlamentar. O país é um dos mais antigos sistemas de governo ininterruptos do mundo. A união de diferentes reinos e territórios ao longo dos séculos resultou na criação do Reino Unido. Após a Segunda Guerra Mundial, o país passou por um processo de descolonização, mas manteve sua influência global. A transformação política mais recente e significativa foi a saída da União Europeia, um processo conhecido como Brexit, que redefiniu suas relações comerciais e diplomáticas e gerou intensos debates sobre sua identidade e futuro.

Delegação em relação ao tema

A posição do Reino Unido sobre a governança e regulação de mídias e redes de internet é marcada por um compromisso firme em proteger os cidadãos, em particular crianças e jovens, dos perigos online. O país defende que as plataformas digitais não são apenas neutras, mas sim responsáveis pelo conteúdo que hospedam e pelos efeitos que ele causa. A principal iniciativa legislativa que reflete essa postura é a Lei de Segurança Online (*Online Safety Act*). Esta lei histórica impõe às empresas de tecnologia um "dever de cuidado" para remover rapidamente conteúdo ilegal, como abuso infantil, terrorismo e incitação à violência. Além disso, ela exige que as maiores plataformas protejam as crianças de conteúdos "legais, mas prejudiciais". Para garantir o cumprimento, a lei designa o regulador de comunicações, Ofcom, com poderes para aplicar multas substanciais, que podem chegar a bilhões de libras. O Reino Unido argumenta que essa legislação é essencial para combater o aumento de crimes online e criar um ambiente digital mais seguro para todos.

Ser ONU



Reino da Espanha

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

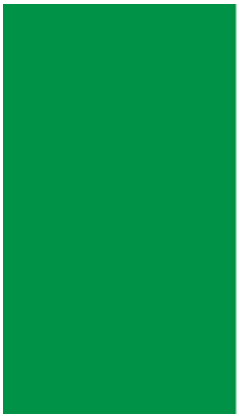
A Espanha está localizada na Península Ibérica, no sudoeste da Europa, e suas fronteiras são marcadas por uma rica geografia. O país possui uma extensa costa no Oceano Atlântico e no Mar Mediterrâneo.

Contexto Histórico

A história política da Espanha moderna é marcada pela superação de um longo período de autoritarismo. Após quase 40 anos de ditadura sob o regime do general Francisco Franco (1939-1975), o país iniciou um processo de transição democrática pacífica e bem-sucedida. Em 1978, a nova Constituição foi aprovada, estabelecendo a Espanha como uma monarquia constitucional e uma democracia parlamentar. Esta nova ordem política também criou um sistema de Comunidades Autônomas, que concede um alto grau de autonomia política e cultural às diversas regiões do país, como Catalunha e País Basco.

Delegação em relação ao tema

A posição da Espanha sobre a governança e regulação de mídias e redes de internet é de vanguarda, centrada na proteção e promoção dos direitos fundamentais dos cidadãos no ambiente digital. O país defende um modelo que busca um equilíbrio entre a liberdade de expressão, que é um valor democrático fundamental, e a necessidade de combater a desinformação, o discurso de ódio e as ameaças à privacidade. A Espanha tem sido uma defensora ativa de uma Carta de Direitos Digitais em nível europeu, reforçando a importância de proteger dados pessoais e garantir um ambiente online seguro e ético. O governo espanhol tem implementado leis para combater a disseminação de notícias falsas e tem se posicionado a favor de uma maior transparência das plataformas. A criação de órgãos governamentais dedicados à digitalização e inteligência artificial demonstra o compromisso do país em liderar o debate sobre como os direitos civis e a democracia podem ser preservados na era digital.



República Italiana

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

A Itália é uma nação do sul da Europa, com uma geografia que se projeta no Mar Mediterrâneo. O país compartilha fronteiras com a França, Suíça, Áustria e Eslovênia. Seu litoral é banhado por diversos mares.

Contexto Histórico

A história política da Itália moderna é a história de sua unificação e da luta pela democracia. A nação foi unificada em 1861, em um movimento conhecido como Risorgimento, que transformou uma coleção de estados regionais em um reino único. No século XX, o país passou por um período sombrio de ditadura fascista sob o governo de Benito Mussolini (1922-1943), que participou da Segunda Guerra Mundial. Após a guerra, em 1946, a monarquia foi abolida por meio de um referendo popular, e a República Italiana foi estabelecida. A Itália é uma república parlamentar democrática e foi um dos países fundadores da União Europeia, desempenhando um papel crucial na integração política e econômica do continente.

Delegação em relação ao tema

A posição da Itália sobre a governança e regulação de mídias e redes de internet é uma combinação de sua legislação nacional e de seu engajamento com as diretrizes da União Europeia. O país busca um equilíbrio entre a liberdade de expressão e a necessidade de combater o discurso de ódio, a desinformação e a proteção dos dados pessoais. A Itália tem se mostrado particularmente ativa na aplicação do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (GDPR) da UE, que visa garantir a privacidade dos cidadãos online. Além disso, o país tem debatido e implementado medidas para responsabilizar as plataformas digitais por conteúdos ilegais, como incitação ao ódio e conteúdos que possam ameaçar a ordem pública. A posição italiana é a de que a regulação é necessária para assegurar um ambiente digital ético, seguro e que preserve os valores democráticos da sociedade.

Ser ONU

República da Polônia

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

A Polônia está localizada na Europa, sexto maior país da União Europeia. Com costa no Mar Báltico, compartilha fronteiras com Alemanha, República Tcheca, Eslováquia, Ucrânia, Bielorrússia, Lituânia e Rússia.

Contexto Histórico

A história política da Polônia é marcada por longos períodos de luta pela soberania. Após mais de um século sob o domínio de potências vizinhas, a Polônia readquiriu sua independência em 1918, com o fim da Primeira Guerra Mundial. No entanto, o país foi invadido e ocupado novamente durante a Segunda Guerra Mundial, o que levou ao estabelecimento da República Popular da Polônia, um regime socialista sob a influência da União Soviética. A transformação política mais significativa e recente ocorreu em 1989, com a queda do socialismo. A Polônia realizou uma transição pacífica para o capitalismo e uma economia de mercado, tornando-se membro da OTAN em 1999 e da União Europeia em 2004.

Delegação em relação ao tema

A posição da Polônia sobre a governança e regulação de mídias e redes de internet é objeto de intenso debate, tanto a nível nacional quanto internacional. O governo defende que a regulamentação é necessária para proteger os valores nacionais, combater a desinformação e garantir o pluralismo. No entanto, a forma como essa regulamentação vem sendo proposta e implementada tem gerado críticas, com acusações de que as medidas visam restringir a independência da imprensa e controlar o discurso online. A delegação polonesa, em fóruns internacionais, argumenta que suas ações são para fortalecer a soberania e a segurança do país, alinhando-se com a necessidade de um ambiente digital responsável. No entanto, a discussão sobre a liberdade de imprensa e a independência judicial, que afetam diretamente a governança das mídias, permanece como um ponto central de tensão.



República da Bielorrússia

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

A Bielorrússia é um país sem litoral localizado na Europa Oriental, que compartilha fronteiras com a Rússia, a Ucrânia, a Polônia, a Lituânia e a Letônia. A capital e maior cidade, Minsk, é o principal centro político e econômico da nação.

Contexto Histórico

A história política da Bielorrússia é marcada por uma transição complexa do domínio soviético para um sistema de governo centralizado. Após ser uma das repúblicas constituintes da União Soviética, a Bielorrússia conquistou sua independência em 1991. Nos primeiros anos, o país tentou estabelecer instituições democráticas, mas a eleição de Alexander Lukashenko, em 1994, marcou uma mudança de rumo. Desde então, por meio de referendos e emendas constitucionais, Lukashenko consolidou seu poder, estendendo seu mandato e reintroduzindo símbolos da era soviética. Eventos como as eleições presidenciais de 2020, que foram amplamente criticadas como fraudulentas, desencadearam grandes protestos e uma repressão severa por parte do governo, atraindo forte condenação internacional.

Delegação em relação ao tema

A posição da Bielorrússia sobre a governança e regulação de mídias e redes de internet é de um rigoroso controle estatal. O governo prioriza a "segurança da informação" e a "estabilidade política" acima da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa. A regulamentação é utilizada para suprimir sistematicamente a mídia independente e bloquear o acesso a sites de oposição e redes sociais, especialmente durante períodos de agitação política. O governo justifica essas ações como necessárias para combater a desinformação e proteger a soberania nacional contra o que descreve como interferência externa. A Bielorrússia tem implementado leis que criminalizam o discurso online considerado ameaçador ao Estado, resultando em punições severas para jornalistas e cidadãos que expressam opiniões críticas. As estratégias incluem não apenas o bloqueio de sites, mas também a redução da velocidade da internet para impedir a comunicação entre manifestantes e a criminalização de jornalistas que trabalham para a mídia não credenciada pelo Estado.

Ser ONU



Federação da Rússia

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

A Rússia é o maior país do mundo em área territorial, compartilhando fronteiras com 14 nações. O país tem uma das mais longas costas do mundo, banhada por três oceanos: o Atlântico, o Pacífico e o Ártico.

Contexto Histórico

A história política da Rússia moderna foi drasticamente redefinida com a queda da União Soviética em 1991. Este evento marcou o fim de mais de 70 anos de regime comunista e deu início a um período de transição complexa e muitas vezes caótica para uma economia de mercado e um sistema político multipartidário. No final da década de 1990 e início dos anos 2000, a ascensão de Vladimir Putin ao poder marcou uma nova era, caracterizada pela consolidação do poder central, o fortalecimento do Estado e o enfraquecimento de muitas das liberdades democráticas. A política russa moderna é definida por um sistema político centralizado e um foco em reforçar sua soberania e influência global.

Delegação em relação ao tema

A posição da Rússia sobre a governança e regulação de mídias e redes de internet é uma das mais restritivas. O governo defende a ideia de "soberania da informação", argumentando que o Estado precisa controlar o espaço digital para se proteger de ameaças externas e internas, como a desinformação e a radicalização. A delegação russa justifica o uso de leis rigorosas para suprimir a mídia independente e o acesso a plataformas digitais estrangeiras, especialmente após a invasão da Ucrânia. O governo tem o poder de rotular meios de comunicação e indivíduos como "agentes estrangeiros", o que impõe restrições severas. A internet é frequentemente controlada através do bloqueio de websites de oposição, redes sociais e a imposição de multas a empresas de tecnologia que não cumprem as exigências do governo.

Ser ONU



República Islâmica do Irã

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

O Irã é uma nação estrategicamente localizada no Oriente Médio, com fronteiras com o Iraque, Turquia, Armênia, Azerbaijão, Turcomenistão, Afeganistão e Paquistão. O país tem acesso a importantes vias marítimas.

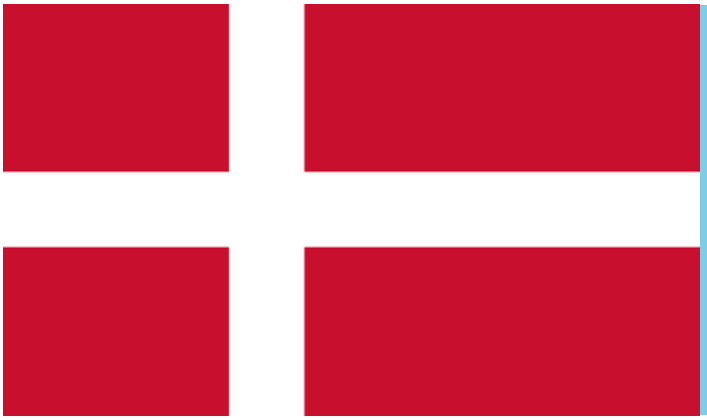
Contexto Histórico

A história política do Irã moderno foi dramaticamente redefinida pela Revolução Islâmica de 1979. Antes disso, o país era governado pela Dinastia Pahlavi, uma monarquia que buscava a modernização e a secularização da sociedade, mas que era amplamente vista como autoritária e dependente do apoio ocidental. A revolução, liderada pelo Aiatolá Ruhollah Khomeini, derrubou o xá e estabeleceu uma teocracia, na qual o poder político e religioso estão interligados. O sistema de governo é único: combina elementos de uma república (com um presidente eleito e parlamento) com a autoridade absoluta do Líder Supremo, que é a principal figura religiosa e política do país. Essa dualidade de poder é a principal característica do sistema político iraniano. A guerra com o Iraque (1980-1988) também teve um papel fundamental na consolidação do novo regime.

Delegação em relação ao tema

A posição do Irã sobre a governança e regulação de mídias e redes de internet é uma das mais restritivas do mundo, baseada em princípios religiosos e na segurança nacional. O governo iraniano exerce um controle quase total sobre a informação, tanto na mídia tradicional quanto na digital. A justificativa oficial é proteger a moralidade islâmica, a ordem pública e a soberania do país contra a "influência cultural ocidental". A delegação iraniana defende essa postura em fóruns internacionais, argumentando que a regulação é uma ferramenta necessária para manter a estabilidade social. O país implementou um complexo sistema de censura, bloqueando o acesso a milhares de sites, incluindo redes sociais populares como o *Facebook*, *Twitter* e *YouTube*. Além disso, o Irã tem investido no desenvolvimento de uma rede nacional de internet separada da rede global, apelidada de "*Internet Halal*", para monitorar e controlar a circulação de informações. Jornalistas e ativistas digitais que desafiam o controle do Estado enfrentam severas punições, demonstrando o rigor com que o governo protege seu monopólio sobre o discurso público.

Ser ONU



Dinamarca

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

A Dinamarca é uma nação da Europa Setentrional, consistindo em uma península principal e um arquipélago. Com uma única fronteira terrestre com a Alemanha, o país é cercado por mares, com acesso ao Mar do Norte e ao Mar Báltico.

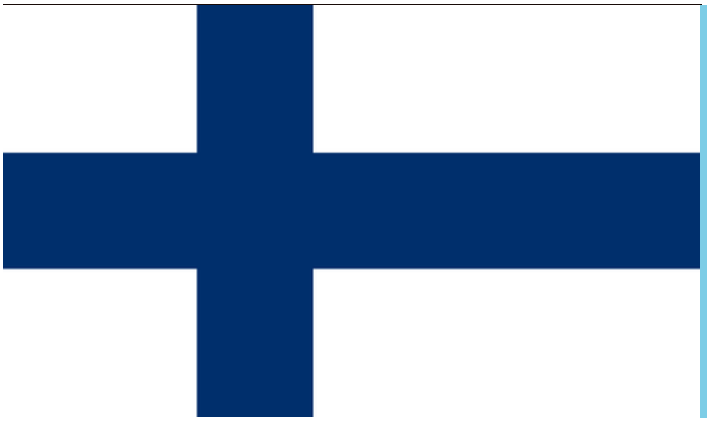
Contexto Histórico

A história política da Dinamarca é marcada por uma transição gradual e pacífica para um sistema democrático. O país possui uma das monarquias mais antigas do mundo, mas o poder foi transferido para um parlamento eleito em 1849, quando a primeira constituição democrática foi adotada. Desde então, a Dinamarca consolidou-se como uma monarquia constitucional com um sistema parlamentar. O país é conhecido por seu modelo social, com um forte estado de bem-estar social, que garante alta qualidade de vida e igualdade. Como membro fundador da OTAN e um dos primeiros a aderir à União Europeia (na época, CEE), a Dinamarca é um ator-chave na política e segurança europeia e global.

Delegação em relação ao tema

A posição da Dinamarca sobre a governança e regulação de mídias e redes de internet é baseada em um forte compromisso com a liberdade de expressão e de imprensa. O país tradicionalmente favorece a autorregulação do setor e a educação dos cidadãos em relação à alfabetização midiática, em detrimento da censura estatal. No entanto, a Dinamarca também reconhece a necessidade de combater o discurso de ódio, a desinformação e as ameaças online. Por isso, adere e implementa rigorosamente as diretrizes e leis da União Europeia, como o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (GDPR) e a Lei de Serviços Digitais (DSA). A abordagem dinamarquesa busca um equilíbrio entre a manutenção de um debate público livre e aberto e a proteção dos indivíduos de danos reais no ambiente online, enfatizando a importância de transparência e responsabilidade por parte das plataformas digitais.

Ser ONU



República da Finlândia

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

A Finlândia é um país nórdico da Europa Setentrional, com fronteiras terrestres com a Suécia, a Noruega e a Rússia, e uma extensa costa no Mar Báltico. A baixa densidade populacional é característica de sua geografia.

Contexto Histórico

A história política da Finlândia foi moldada por séculos sob o domínio de potências vizinhas. Após um longo período como parte do Reino da Suécia e, posteriormente, como um Grão-Ducado autônomo do Império Russo, a Finlândia conquistou sua independência em 1917. O país travou guerras com a União Soviética durante a Segunda Guerra Mundial, o que solidificou sua identidade nacional e sua política de neutralidade durante a Guerra Fria. Em tempos modernos, a Finlândia consolidou-se como uma república parlamentar com um forte estado de bem-estar social, reconhecido mundialmente por sua estabilidade política, altos níveis de confiança social e um dos melhores sistemas de educação do mundo. Recentemente, em uma mudança histórica de sua política de não alinhamento militar, a Finlândia aderiu à OTAN em 2023.

Delegação em relação ao tema

A posição da Finlândia sobre a governança e regulação de mídias e redes de internet é baseada em um forte compromisso com a liberdade de expressão e de imprensa, que são valores fundamentais da sua sociedade. Em vez de impor uma censura estatal, a Finlândia aposta fortemente na alfabetização midiática e na educação para combater a desinformação. O país possui um dos maiores índices de liberdade de imprensa do mundo e um alto grau de confiança da população nas instituições. A Finlândia adere e implementa rigorosamente as diretrizes e regulamentos da União Europeia, como o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (GDPR) e a Lei de Serviços Digitais (DSA). A abordagem finlandesa busca promover um ambiente digital aberto e inclusivo, no qual a educação e o pensamento crítico são as principais ferramentas para proteger os cidadãos de conteúdos nocivos e desinformação.

Ser ONU



Reino da Suécia

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

A Suécia é o maior país nórdico, localizado na península escandinava, no norte da Europa. O país faz fronteira com a Noruega e a Finlândia, com longa costa no Mar Báltico e vastas áreas selvagens.

Contexto Histórico

A história política da Suécia é marcada por uma transição gradual da monarquia para uma monarquia constitucional e um sistema parlamentar democrático. O país tem uma longa tradição de neutralidade e não alinhamento militar, que foi uma das características centrais de sua política externa por mais de dois séculos, especialmente durante as Guerras Mundiais e a Guerra Fria. Essa posição, no entanto, foi alterada recentemente com a adesão à OTAN em 2024, em resposta à mudança do cenário de segurança na Europa. A Suécia é conhecida por seu modelo de estado de bem-estar social, que proporciona altos níveis de serviços públicos, igualdade e inovação.

Delegação em relação ao tema

A posição da Suécia sobre a governança e regulação de mídias e redes de internet é uma das mais fortes defensoras da liberdade de expressão e de imprensa no mundo. A Suécia foi o primeiro país a adotar uma lei de liberdade de imprensa, em 1766, e esse compromisso histórico se reflete em sua abordagem digital. O país prioriza a transparência e a responsabilidade das plataformas, mas tende a favorecer a autorregulação e a educação do público para combater a desinformação, em vez de uma censura estatal. A Suécia, como membro da União Europeia, aplica as regulamentações europeias como o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (GDPR) e a Lei de Serviços Digitais (DSA), buscando um equilíbrio entre a proteção dos direitos e a manutenção de um ambiente online aberto e livre.

Ser ONU



Estados Unidos da América

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

Os EUA são uma república federal na América do Norte, com 50 estados e um distrito federal, fazendo fronteira com o Canadá ao norte e o México ao sul, e tendo costas nos oceanos Atlântico, Pacífico e Ártico.

Contexto Histórico

A história política dos Estados Unidos é definida por sua fundação como uma república federal em 1776. A Constituição, promulgada em 1787, e a Declaração de Direitos (*Bill of Rights*), que garante liberdades individuais, são os pilares de seu sistema político. O país passou por grandes transformações, sendo a Guerra Civil no século XIX uma das mais significativas, que resultou na abolição da escravidão e na consolidação da união federal. Ao longo do século XX, os EUA emergiram como uma superpotência global, e sua política externa tem sido um fator central nas relações internacionais. O sistema de governo é caracterizado por um complexo sistema de freios e contrapesos entre os três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Delegação em relação ao tema

A posição dos Estados Unidos sobre a governança e regulação de mídias e redes de internet é única e moldada pelo Primeira Emenda da Constituição, que protege a liberdade de expressão de forma ampla. Diferentemente de muitos países que adotam regulamentações estatais mais diretas, o governo americano tem poderes muito limitados para censurar ou regular o conteúdo online. O debate central nos EUA se concentra no papel das próprias empresas de tecnologia na moderação de conteúdo, especialmente à luz da Seção 230 da Lei de Decência nas Comunicações, que protege as plataformas de serem responsabilizadas por conteúdo de terceiros. A delegação americana defende que a liberdade de expressão é um pilar da democracia, mas também reconhece a necessidade de debater como combater a desinformação, o discurso de ódio e proteger a privacidade sem violar os princípios constitucionais. Como sede das maiores e mais influentes empresas de tecnologia do mundo (como Google, Meta e Amazon), as políticas e práticas internas dessas corporações muitas vezes se tornam o padrão global, influenciando como a internet funciona em outros lugares.

Ser ONU



República do Iémen

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

O Iêmen está localizado no sul da Península Arábica, com fronteiras terrestres com a Arábia Saudita e Omã. O país tem uma posição estratégica com costas no Mar Vermelho, no Golfo de Áden e no Mar Arábico.

Contexto Histórico

A história política do Iêmen moderno é marcada pela unificação e, mais recentemente, por um grave conflito civil. O país foi unificado em 1990, combinando o Iêmen do Norte e o Iêmen do Sul. No entanto, a instabilidade política persistiu por décadas, culminando em uma guerra civil em 2014. Este conflito, que envolve o movimento Houthi e o governo internacionalmente reconhecido, transformou-se em uma guerra por procuração com o envolvimento de potências regionais e uma coalizão militar liderada pela Arábia Saudita. O resultado é a pior crise humanitária do mundo, com milhões de pessoas em risco de fome e violência.

Delegação em relação ao tema

A posição do Iêmen sobre a governança e regulação de mídias e redes de internet é uma das mais restritivas e perigosas do mundo, refletindo a natureza fragmentada do conflito. Tanto as autoridades Houthi quanto o governo internacionalmente reconhecido controlam o acesso à internet e a circulação de informações nas áreas que dominam. A liberdade de imprensa é severamente suprimida, e os jornalistas enfrentam prisão, sequestro e morte. O acesso a sites de notícias independentes e plataformas de redes sociais é frequentemente bloqueado ou limitado. A delegação iemenita, ao defender sua posição, argumenta que as medidas de controle são necessárias para a segurança nacional em tempos de guerra, mas essa justificativa é vista pela comunidade internacional como uma forma de silenciar a dissidência e controlar a narrativa do conflito.



República Islâmica do Paquistão

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

O Paquistão está localizado no Sul da Ásia, fazendo fronteira com a Índia, a leste; o Afeganistão e o Irã, a oeste; e a China, a nordeste. Sua costa é banhada pelo Mar Arábico, o que lhe confere uma posição estratégica na região.

Contexto Histórico

A história política do Paquistão é marcada por sua criação, em 1947, após a partição da Índia Britânica, como um lar para os muçulmanos do subcontinente. O país foi fundado sob a liderança de Muhammad Ali Jinnah. Desde sua criação, o Paquistão tem sido caracterizado por uma instabilidade política significativa, com o poder frequentemente alternando entre governos civis eleitos e regimes militares. A secessão de sua parte oriental em 1971, que se tornou Bangladesh, foi um dos eventos mais traumáticos de sua história. A política paquistanesa moderna é definida pela complexa relação entre o governo civil e as Forças Armadas, que continuam a exercer uma influência considerável sobre a política, a segurança e a mídia.

Delegação em relação ao tema

A posição do Paquistão sobre a governança e regulação de mídias e redes de internet é de forte controle estatal. O governo justifica a regulamentação em nome da segurança nacional, da manutenção da ordem pública e da proteção de sensibilidades religiosas, principalmente para combater a blasfêmia. A legislação, como a Lei de Prevenção de Crimes Eletrônicos (PECA), tem sido usada para restringir a liberdade de expressão e reprimir a dissidência online. A delegação paquistanesa argumenta que essas medidas são necessárias para proteger a sociedade de conteúdos que consideram imorais ou anti-Estado. O controle sobre a mídia tradicional e digital é uma característica central da política do Paquistão, onde a linha entre o jornalismo e a crítica política é tênue e frequentemente punida.



Estados Unidos Mexicanos

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

O México está localizado na América do Norte, fazendo fronteira com os Estados Unidos, Guatemala e o Belize. O país possui extensas costas no Oceano Pacífico, no Golfo do México e no Mar do Caribe.

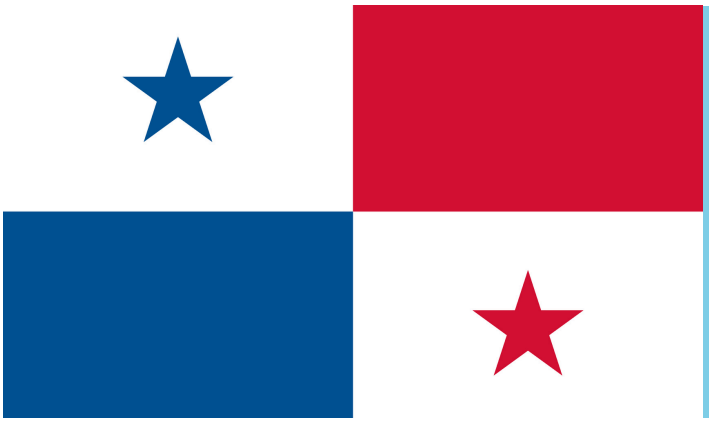
Contexto Histórico

A história política do México é definida pela sua independência da Espanha, conquistada no início do século XIX, e pela Revolução Mexicana de 1910-1920, que transformou a sociedade e a política do país. Após a revolução, o México foi governado por um sistema de partido único, o Partido Revolucionário Institucional (PRI), por grande parte do século XX. O país começou uma transição para a democracia pluralista nas décadas finais do século, culminando com a eleição, em 2000, do primeiro presidente não pertencente ao PRI em mais de 70 anos. O sistema político atual é uma república federal com um sistema multipartidário.

Delegação em relação ao tema

A posição do México sobre a governança e regulação de mídias e redes de internet é complexa. Embora a Constituição garanta a liberdade de expressão, o país enfrenta desafios significativos para proteger jornalistas e ativistas digitais. O México tem um dos maiores índices de violência contra jornalistas no mundo, com muitos casos ligados ao crime organizado e à corrupção. A delegação mexicana, em fóruns internacionais, defende a importância de uma internet livre e aberta, mas, ao mesmo tempo, lida com a pressão para regular a desinformação e o discurso de ódio no ambiente digital. A questão central é como proteger os cidadãos de ameaças reais e crimes digitais sem dar ao governo poderes excessivos para limitar a liberdade de expressão, que é um pilar democrático constantemente desafiado no país.

Ser ONU



República do Panamá

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

O Panamá é um país no istmo que liga a América Central à do Sul. O Canal do Panamá, corta o centro do país, ligando os oceanos Atlântico e Pacífico e criando uma importante rota de navegação.

Contexto Histórico

Panamá se tornou independente da Colômbia em 1903 e adquiriu, quase imediatamente, a condição de protetorado dos Estados Unidos (1903-1931). Durante os anos trinta, a Grande Depressão e um golpe militar levaram a vários anos de instabilidade política e econômica. Em 1968, um regime militar tomou o poder e se manteve lá por mais de uma década. Esse período foi sucedido por uma turbulência política convulsiva, durante a qual as instituições fundamentais, como as eleições e até mesmo a Constituição foram suspensas. Enquanto isso, as relações diplomáticas com os Estados Unidos tornaram-se tensas, levando à invasão militar dos Estados Unidos em 1989.

Delegação em relação ao tema

O caso do Panamá revela como a ausência de padrões internacionais sobre regulação digital pode ser usada para limitar direitos civis. Em junho de 2025, o governo desligou a internet e a telefonia móvel na província de Colón durante protestos contra medidas governamentais, alegando “motivos de segurança”. Essa ação, considerada por muitos como censura, mostra que em países com instituições frágeis, a regulação da internet pode ser manipulada para conter manifestações e silenciar críticas. Sem marcos legais claros e mecanismos globais de supervisão, medidas como essa seguem ocorrendo. O Panamá representa um alerta para a necessidade de acordos internacionais que impeçam governos de usar a infraestrutura digital como ferramenta de repressão, especialmente durante crises sociais.

Ser ONU



República do Chile

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

O Chile é um país de território comprido e estreito que se estende pelo extremo oeste da América do Sul, com mais de 6.000 km de litoral ao longo do Oceano Pacífico.

Contexto Histórico

O Chile passou por profundas transformações políticas no século XX. Após décadas de instabilidade e alternância entre governos democráticos e autoritários, o país sofreu um golpe militar em 1973, que depôs o presidente eleito Salvador Allende e instaurou uma ditadura liderada por Augusto Pinochet. O regime durou até 1990 e foi marcado por censura, repressão, vigilância em massa e violações sistemáticas de direitos humanos. A redemocratização trouxe avanços institucionais importantes e uma abertura para o fortalecimento das liberdades civis e da imprensa. Desde então, o Chile tem buscado consolidar seu sistema democrático, embora protestos populares — como os de 2019 — revelem tensões sociais persistentes e uma desconfiança crescente nas instituições, inclusive no uso estatal da tecnologia

Delegação em relação ao tema

O Chile se destaca como referência em políticas de governança da internet, por ter sido o primeiro país do mundo a aprovar uma lei de neutralidade da rede (2010). Essa lei garante que provedores não discriminem conteúdos ou serviços, promovendo uma internet aberta. No entanto, esse compromisso com a liberdade digital foi posto à prova durante os protestos sociais de 2019, quando surgiram denúncias de monitoramento das redes sociais por órgãos estatais. Apesar de não ter havido cortes de internet, o caso mostrou como Estados podem recorrer à vigilância digital para conter mobilizações, mesmo em regimes democráticos. O exemplo chileno demonstra a importância de governança global da internet que equilibre liberdade de expressão, segurança e responsabilidade do Estado, prevenindo abusos mesmo em democracias.

Ser ONU



República da Argentina

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

País sul-americano com rica cultura, tradição no futebol e economia instável. Já foi uma das nações mais ricas do mundo no início do século XX.

Contexto Histórico

A Argentina tem um passado político turbulento, especialmente durante a ditadura militar entre 1976 e 1983, marcada por censura, desaparecimentos forçados e vigilância estatal. Após a redemocratização, o país passou por avanços significativos na proteção dos direitos civis. No entanto, crises econômicas recorrentes e episódios de autoritarismo institucional geraram um ambiente de desconfiança na relação entre o Estado e a sociedade. O histórico de repressão durante regimes autoritários reforça, até hoje, o debate sobre os limites da intervenção estatal na liberdade de expressão — inclusive no ambiente digital.

Delegação em relação ao tema

A Argentina tem uma abordagem mais avançada e protetiva dos direitos digitais. Desde 2014, possui leis que garantem a neutralidade da rede, além de uma Lei de Proteção de Dados (2000) que se alinha aos padrões internacionais. O país reconhece a internet como espaço de liberdade e debate público. No entanto, há registros de uso político das redes por autoridades governamentais, com ataques coordenados a opositores e uso de perfis falsos para manipular a opinião pública. Isso evidencia que mesmo com leis modernas, a manipulação das mídias digitais continua sendo um desafio. A Argentina defende a criação de normas internacionais para responsabilização de plataformas digitais e combate à desinformação, desde que essas normas não limitem a liberdade de expressão. O país representa um modelo que busca regulação equilibrada, com foco em direitos humanos e transparência.

Ser ONU



República Popular da Ucrânia

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

A Ucrânia é um grande país da Europa de Leste conhecido pelas suas igrejas ortodoxas, pela costa do Mar Negro e pelas montanhas arborizadas.

Contexto Histórico

A Ucrânia tornou-se independente da União Soviética em 1991, após décadas de controle autoritário, censura e vigilância intensa sob o regime soviético. Desde então, o país tem enfrentado instabilidade política, conflitos internos e influência direta da Rússia. A Revolução Laranja (2004) e o movimento Euromaidan (2013–2014) marcaram rupturas com governos autoritários e abriram espaço para maior aproximação com o Ocidente. Em 2014, a anexação da Crimeia pela Rússia e, mais recentemente, a invasão em larga escala iniciada em 2022 agravaram a situação do país, levando à militarização do Estado e à expansão do controle sobre o espaço digital em nome da segurança nacional.

Delegação em relação ao tema

A Ucrânia vive um cenário excepcional, onde a internet é tanto um instrumento estratégico de defesa quanto um alvo de guerra híbrida. Desde a invasão russa em 2022, o país fortaleceu seu controle sobre o ambiente digital, incluindo o bloqueio de redes sociais e plataformas russas (como *VKontakte* e *Yandex*), ações para combater fake news, propaganda russa e ciberataques. Em paralelo, parcerias com empresas como *Starlink* permitiram a manutenção do acesso à internet em zonas de conflito. A Ucrânia é um caso emblemático de como a governança da internet precisa levar em conta contextos extremos, como guerras. Ao mesmo tempo, levanta o debate sobre os limites aceitáveis de regulação em situações de emergência, e sobre a necessidade de protocolos internacionais para garantir que, mesmo em conflito, a liberdade digital e o acesso à informação sejam protegidos dentro do possível.

Ser ONU



República do Senegal

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

O Senegal é um país da costa ocidental da África com uma rica herança colonial francesa e muitas atrações naturais.

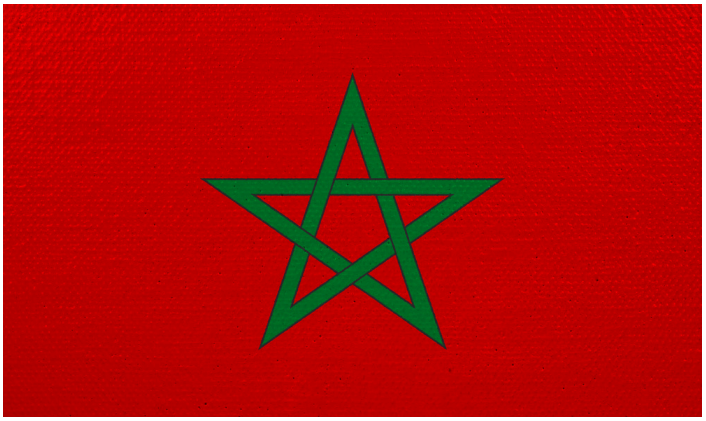
Contexto Histórico

O Senegal conquistou sua independência da França em 1960 e se destacou por manter uma relativa estabilidade política em comparação com outros países da África Ocidental. O país nunca sofreu um golpe militar bem-sucedido e consolidou eleições democráticas ao longo das décadas. No entanto, mesmo com essa estabilidade institucional, o Senegal enfrentou tensões políticas internas, especialmente ligadas à repressão de opositores, à centralização do poder e à limitação da liberdade de imprensa em momentos de crise. Esses fatores ajudam a entender o contexto atual de fragilidade nos direitos digitais e no uso da internet por parte do Estado.

Delegação em relação ao tema

O Senegal tem enfrentado críticas por bloquear o acesso à internet e às redes sociais durante períodos de instabilidade política, especialmente em 2023 e 2024, quando ocorreram grandes protestos ligados à prisão de opositores. O governo justificou os bloqueios como medidas de segurança, mas organizações internacionais apontaram violações à liberdade de expressão e ao direito à informação. Esse tipo de ação mostra como, mesmo em países democráticos, a ausência de regras claras e limites internacionais sobre a regulação digital pode abrir espaço para o uso político das redes. O caso senegalês reforça a importância de uma governança global da internet que proteja os direitos digitais em situações de crise, garantindo transparência e impedindo abusos por parte dos governos.

Ser ONU



Reino de Marrocos

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

Marrocos, país do Norte da África e banhado pelo Oceano Atlântico e pelo Mar Mediterrâneo, distingue-se pelas influências das culturas berbere, árabe e europeia.

Contexto Histórico

O Marrocos é uma monarquia constitucional com uma longa tradição de centralização do poder na figura do rei. Desde a independência da França em 1956, o país passou por períodos de repressão política, censura e controle rígido da mídia. Nas últimas décadas, houve avanços institucionais e reformas, mas o governo mantém forte controle sobre a liberdade de expressão, especialmente em temas políticos sensíveis como o Sahara Ocidental e críticas ao regime. O ambiente político marroquino é marcado por tensões entre o controle estatal e demandas por maior abertura democrática.

Delegação em relação ao tema

O Marrocos adota uma abordagem rigorosa na regulação da internet, combinando avanços tecnológicos com controle estatal sobre o conteúdo digital. O governo frequentemente bloqueia sites, censura publicações e monitora atividades online, principalmente quando envolvem críticas políticas, direitos humanos ou movimentos sociais. Embora tenha desenvolvido infraestrutura digital significativa, o país utiliza leis de segurança nacional e combate ao terrorismo para justificar a repressão digital. Isso evidencia um modelo de governança da internet baseado no controle estatal, no qual a regulação é usada como ferramenta para limitar a liberdade de expressão e manter a estabilidade política. A experiência marroquina destaca a necessidade de debates internacionais para equilibrar segurança, liberdade e direitos digitais, especialmente em regimes autoritários ou semi-autoritários.

Ser ONU



República da África do Sul

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

A África do Sul é o sexto país mais populoso do continente. Seu território, apesar de ser rico em recursos naturais, apresenta alto índice de desigualdade socioeconômica.

Contexto Histórico

A África do Sul viveu um dos regimes de segregação racial mais extremos do século XX: o apartheid (1948–1994). Durante esse período, o governo censurava a imprensa e reprimia duramente a liberdade de expressão. Após o fim do apartheid, com a eleição de Nelson Mandela, o país passou por um processo de redemocratização e criou uma das constituições mais progressistas do mundo, com forte ênfase em direitos civis e liberdades individuais. Ainda assim, o país enfrenta desafios como desigualdade social, tensões políticas e tentativas recentes de ampliar o controle estatal sobre meios de comunicação e internet.

Delegação em relação ao tema

A África do Sul tem uma Constituição que garante a liberdade de expressão e o direito à informação, mas o debate sobre regulação da internet tem crescido nos últimos anos, especialmente em torno da desinformação, discurso de ódio e segurança cibernética. Em 2021, o país aprovou a Lei de Cibercrimes, que visa combater fraudes e ameaças digitais, mas foi criticada por organizações civis por conter termos vagos que podem ser usados para criminalizar opiniões ou restringir a liberdade online. Além disso, propostas como a regulação de "fake news" em redes sociais geram preocupação sobre o equilíbrio entre segurança e liberdade de expressão. A África do Sul defende uma regulação responsável e transparente, mas o cenário interno mostra a necessidade de uma governança digital internacional clara, que oriente os países na criação de normas equilibradas e que evitem o uso político da regulação para silenciar vozes críticas.



Estado do Japão

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

Nação insular altamente desenvolvida, líder em tecnologia, inovação e cultura. Busca manter uma política externa pacifista desde a Segunda Guerra Mundial.

Contexto Histórico

Após a Segunda Guerra Mundial, o Japão passou por um processo de reconstrução liderado por reformas democráticas e uma nova Constituição pacifista, em 1947, que garantiu amplamente os direitos civis, incluindo a liberdade de expressão. Desde então, o país consolidou-se como uma democracia estável e uma das maiores economias do mundo. Apesar de seu sistema político liberal, o Japão tem enfrentado críticas quanto à transparência governamental, à concentração da mídia e à utilização de leis ambíguas que podem restringir a liberdade de informação em contextos de segurança.

Delegação em relação ao tema

O Japão possui um ambiente digital livre e estável, com proteção à liberdade de expressão e participação em fóruns internacionais de governança da internet. No entanto, o país tem adotado medidas mais firmes contra discurso de ódio e desinformação, além de reforçar sua segurança cibernética. A aprovação da Lei de Segredos do Estado, em 2014, gerou críticas por possibilitar punições a quem divulgar informações consideradas sensíveis pelo governo. Isso levanta preocupações sobre os limites da regulação em democracias, mostrando que até países desenvolvidos enfrentam o desafio de equilibrar segurança, privacidade e liberdade online. O caso japonês reforça a importância de uma governança global que garanta transparência e direitos digitais.



República da Coreia

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

Potência tecnológica e cultural da Ásia, com destaque global na indústria de eletrônicos, K-pop e educação, apesar da tensão com a Coreia do Norte.

Contexto Histórico

A Coreia do Sul passou por um rápido processo de modernização após a Guerra da Coreia (1950–1953), saindo de uma ditadura militar nos anos 1980 para uma democracia consolidada. Hoje é uma das economias mais avançadas do mundo, com alto índice de acesso à internet e uma população altamente conectada. Apesar do sistema democrático, o país ainda apresenta resquícios de autoritarismo em temas como vigilância digital e censura, especialmente em relação à Coreia do Norte e segurança nacional.

Delegação em relação ao tema

A Coreia do Sul é um dos países mais conectados do mundo, mas também um dos que mais pratica bloqueios de conteúdo por motivos políticos ou de segurança, como no caso de sites ligados à Coreia do Norte. O governo também monitora e remove conteúdos considerados difamatórios ou prejudiciais à ordem pública, o que gera debate sobre os limites da liberdade de expressão no ambiente digital. Além disso, leis como a de “comentários reais” exigem que usuários usem nomes verdadeiros em certas plataformas, o que levanta preocupações sobre privacidade. O país defende a regulação para combater crimes digitais e desinformação, mas seu modelo mostra como é necessário haver normas internacionais que protejam os direitos digitais sem comprometer a segurança ou favorecer a censura estatal.

Ser ONU



República da Indonésia

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

A Indonésia é a maior democracia do Sudeste Asiático e o país muçulmano mais populoso do mundo.

Contexto Histórico

A Indonésia conquistou sua independência dos Países Baixos em 1945 e viveu uma ditadura sob o general Suharto entre 1967 e 1998. Desde então, passou por um processo de redemocratização, tornando-se uma democracia multipartidária. Apesar dos avanços institucionais, o país mantém leis rígidas contra blasfêmia, difamação e "perturbação da ordem pública", muitas vezes aplicadas no ambiente digital para silenciar vozes críticas.

Delegação em relação ao tema

A Indonésia possui uma das legislações digitais mais rígidas da região. O governo pode bloquear plataformas que não se registrarem oficialmente ou que se recusem a remover conteúdos considerados sensíveis. Em 2022, chegou a bloquear temporariamente *PayPal*, *Steam*, *Yahoo* e outros serviços por descumprirem regras de registro. Além disso, críticos do governo, jornalistas e ativistas frequentemente enfrentam processos com base em leis contra difamação online. O país afirma combater desinformação e discurso de ódio, mas essas medidas são vistas por organizações internacionais como formas de censura e repressão política. O caso da Indonésia mostra como a regulação sem limites claros e sem supervisão internacional pode ameaçar os direitos digitais, reforçando a importância de diretrizes globais que garantam transparência e liberdade na internet.

Ser ONU



Estado Plurinacional da Bolívia

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

A Bolívia é um país andino marcado por forte diversidade étnica e por uma política historicamente instável.

Contexto Histórico

A Bolívia tem um histórico político de instabilidade, com diversos golpes militares ao longo do século XX. A partir dos anos 2000, o país passou por transformações políticas profundas, especialmente com os governos de Evo Morales, que promoveram maior inclusão social, mas também concentraram poder e enfrentaram denúncias de autoritarismo. Em 2019, Morales renunciou em meio a protestos e alegações de fraude eleitoral, o que reacendeu os debates sobre democracia, liberdade de imprensa e repressão a opositores.

Delegação em relação ao tema

A Bolívia tem adotado medidas que preocupam defensores da liberdade digital, como a tentativa de criar leis contra “informações falsas” e “manipulação de redes sociais”, especialmente em períodos eleitorais ou de crise política. Durante o governo de Jeanine Áñez (2019–2020), houve monitoramento das redes e ameaças a jornalistas, o que levou à preocupação sobre censura e uso político da internet. Mesmo após a redemocratização, o país ainda carece de um marco legal robusto que garanta direitos digitais. A Bolívia exemplifica como a falta de governança internacional da internet permite o uso de leis vagas e controles informais para silenciar críticas, reforçando a urgência de um modelo global que assegure liberdade de expressão e proteção de dados.

Ser ONU



Canadá

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

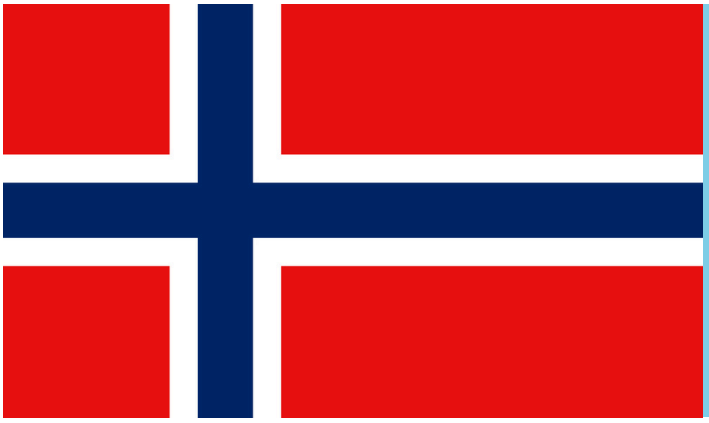
O Canadá é uma democracia consolidada e uma das maiores economias do mundo, conhecida por sua diversidade cultural e forte compromisso com direitos humanos e liberdades civis.

Contexto Histórico

O Canadá é um país com uma longa tradição democrática e respeito às liberdades civis, fundada em um sistema parlamentar baseado no modelo britânico. Ao longo do século XX, o país promoveu políticas inclusivas e proteções legais para a liberdade de expressão e acesso à informação, embora enfrente desafios relacionados à diversidade cultural e às questões indígenas. O desenvolvimento tecnológico e o aumento do acesso à internet impulsionaram debates sobre regulação digital e proteção dos direitos online.

Delegação em relação ao tema

O Canadá adota uma abordagem equilibrada na regulação da internet, buscando proteger a liberdade de expressão enquanto combate conteúdos ilegais, como discurso de ódio e desinformação. O país implementou leis que exigem transparência das plataformas digitais e responsabilizam provedores por conteúdos nocivos. Recentemente, o governo canadense tem promovido debates sobre regulação das redes sociais, enfatizando a necessidade de proteger direitos digitais, a privacidade e a segurança dos usuários. O Canadá apoia a cooperação internacional para criar normas globais que garantam uma internet aberta, segura e responsável, mostrando um modelo democrático para governança digital.



Reino da Noruega

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

A Noruega é uma monarquia constitucional conhecida por sua alta qualidade de vida, forte democracia e compromisso com direitos humanos

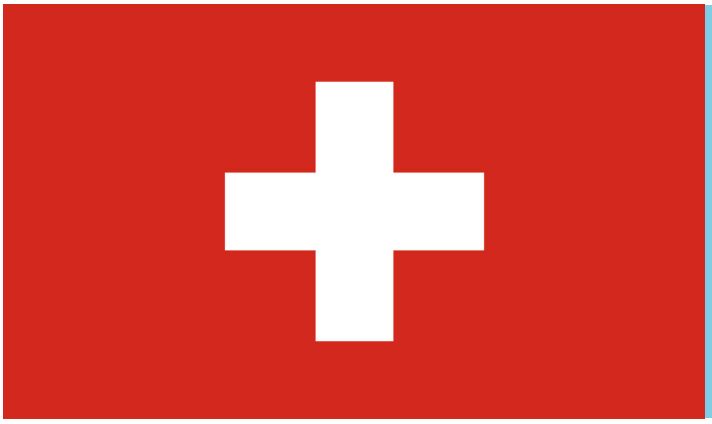
Contexto Histórico

A Noruega tem uma longa tradição democrática e de proteção aos direitos civis desde a sua constituição em 1814. Após a Segunda Guerra Mundial, desenvolveu um Estado de bem-estar social robusto e instituições transparentes. O país é pioneiro em liberdade de imprensa e digital, adotando políticas progressistas para garantir acesso aberto à informação e participação cidadã na era digital.

Delegação em relação ao tema

A Noruega adota um modelo de regulação digital baseado na transparência, inclusão e proteção dos direitos fundamentais. Embora a internet seja amplamente livre, o governo tem atuado contra desinformação, discurso de ódio e ataques cibernéticos, sempre priorizando a liberdade de expressão. O país promove políticas de alfabetização digital e participa ativamente de fóruns internacionais sobre governança da internet, defendendo uma regulação global que una segurança, privacidade e respeito aos direitos humanos. O caso norueguês mostra que é possível regular o ambiente digital sem recorrer à censura, servindo como modelo para outros países.

Ser ONU



Confederação Suíça

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

A Suíça é um país europeu conhecido por sua paisagem montanhosa, economia estável e alta qualidade de vida.

Contexto Histórico

A Suíça é uma das democracias mais antigas do mundo, com uma constituição federal desde 1848 e forte tradição de neutralidade internacional. O país consolidou-se como um modelo de estabilidade política, descentralização e participação cidadã, com alto uso de referendos. Essa trajetória fortaleceu instituições democráticas e consolidou o respeito à privacidade e aos direitos civis, valores que influenciam sua postura atual frente à regulação digital.

Delegação em relação ao tema

A Suíça combina liberdade digital com políticas eficazes de regulação, sem recorrer à censura ou à vigilância excessiva. O país promove uma internet aberta, plural e segura, priorizando a proteção de dados, a inclusão digital e a transparência nas plataformas. Está ativamente envolvido em debates multilaterais, sediando o Fórum de Governança da Internet (IGF) da ONU em Genebra, onde atua como mediadora entre governos, sociedade civil e setor privado. Internamente, adota regulações que combatem crimes cibernéticos, discurso de ódio e desinformação, mas sempre com base em leis claras, supervisão judicial e respeito aos direitos humanos. A Suíça defende um modelo de regulação digital global equilibrada, baseado na cooperação internacional, no multissetorialismo e na preservação das liberdades civis. Seu exemplo mostra que é possível ter uma governança da internet eficiente sem comprometer a democracia ou os direitos digitais da população.



Reino dos Países Baixos

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

A Holanda é uma monarquia constitucional e uma das democracias mais liberais e desenvolvidas do mundo.

Contexto Histórico

O Reino dos Países Baixos tem uma história marcada pelo comércio marítimo, tolerância religiosa e avanços sociais. Tornou-se oficialmente uma monarquia constitucional no século XIX e consolidou-se como uma das democracias mais estáveis da Europa. Após a Segunda Guerra Mundial, foi um dos fundadores da União Europeia, reforçando seu compromisso com a cooperação internacional, direitos humanos e desenvolvimento tecnológico. O país é conhecido por sua cultura política aberta e por políticas públicas baseadas em transparência, inclusão e respeito à diversidade. Esses valores se refletem diretamente em sua abordagem quanto à liberdade de expressão, participação cívica e direitos digitais.

Delegação em relação ao tema

A Holanda mantém uma internet livre e protegida, focando na liberdade de expressão, privacidade e neutralidade da rede. O país combate crimes digitais como discurso de ódio e desinformação, mas evita censura e vigilância excessiva. A governança digital é baseada no multissetorialismo, envolvendo governo, setor privado e sociedade civil. A Holanda participa ativamente de fóruns internacionais, como o IGF, defendendo normas globais que respeitem direitos humanos. Além disso, abriga o *Global Forum on Cyber Expertise*, reforçando sua liderança em cibersegurança e regulação digital responsável. Esse modelo democrático é referência mundial para equilibrar liberdade e segurança na internet.

Ser ONU



Reino da Arábia Saudita

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

A Arábia Saudita é uma monarquia absoluta no Oriente Médio, governada pela família real Saud desde 1932. O país tem uma economia baseada no petróleo e enfrenta desafios em direitos humanos e liberdade de expressão.

Contexto Histórico

A Arábia Saudita foi fundada em 1932 pelo rei Abdulaziz Al Saud, que unificou várias tribos e regiões da Península Arábica sob uma monarquia absoluta. A nação é fortemente influenciada pela religião islâmica, especialmente pela interpretação wahabista, que guia grande parte das suas leis e costumes. Durante o século XX, o país transformou-se economicamente graças à descoberta do petróleo na década de 1930, tornando-se uma potência energética mundial. Apesar do crescimento econômico e algumas reformas sociais recentes, a Arábia Saudita mantém um sistema político autoritário, com pouca tolerância à oposição política e restrições severas à liberdade de imprensa e expressão. O controle social e político se estende à internet, na qual o governo exerce ampla censura e vigilância para preservar sua estabilidade e valores tradicionais.

Delegação em relação ao tema

A Arábia Saudita exerce um controle rigoroso sobre a internet, utilizando-a como ferramenta para manter a estabilidade política e preservar os valores religiosos e culturais do país. O governo bloqueia sites e plataformas que considera subversivos ou contrários à sua interpretação do Islã, além de monitorar atentamente as atividades online de seus cidadãos. Redes sociais são amplamente usadas, mas usuários que criticam o regime ou discutem temas sensíveis, como direitos humanos e reformas políticas, podem sofrer punições severas, incluindo prisões. Apesar dos avanços tecnológicos e do aumento no acesso à internet, a liberdade digital é severamente limitada. O país carece de transparência e de um sistema legal que proteja a privacidade e a liberdade de expressão online. Essa regulação estrita reflete o modelo autoritário da Arábia Saudita e contrasta fortemente com as democracias que defendem uma internet aberta e livre.

Ser ONU



Comunidade da Austrália

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

A Austrália é uma democracia parlamentar federal, caracterizada pela estabilidade política e pela solidez de seu sistema jurídico.

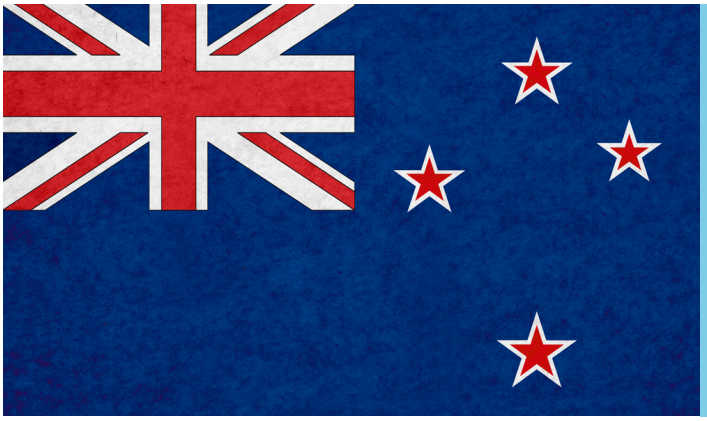
Contexto Histórico

A Austrália foi colonizada pelos britânicos no final do século XVIII, inicialmente como colônia penal. Ao longo dos séculos XIX e XX, evoluiu para um país independente, adotando uma constituição federal em 1901. O país construiu um sistema democrático baseado no modelo britânico, com forte proteção à liberdade de imprensa e aos direitos individuais. A diversidade cultural e a inclusão social são características importantes da Austrália contemporânea, que também enfrenta desafios relacionados aos direitos indígenas e à participação digital da população.

Delegação em relação ao tema

A Austrália busca equilibrar a liberdade na internet com a necessidade de combater crimes digitais e proteger seus cidadãos. O governo implementou legislações para combater o terrorismo online, o discurso de ódio e a disseminação de desinformação, incluindo medidas para responsabilizar plataformas digitais por conteúdos nocivos. Ao mesmo tempo, existe um forte debate público sobre os limites dessas regulações para evitar censura excessiva e preservar a liberdade de expressão. A Austrália também participa ativamente de fóruns internacionais sobre governança da internet, defendendo uma regulação transparente e baseada em direitos humanos. No geral, o país procura garantir um ambiente digital seguro, promovendo a inovação sem comprometer as liberdades.

Ser ONU



Nova Zelândia

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

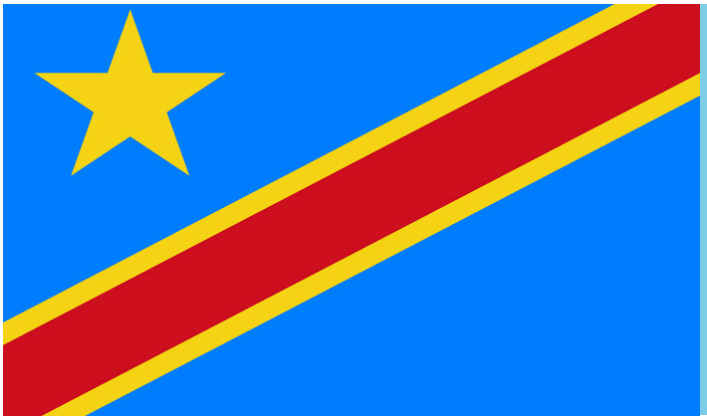
A Nova Zelândia é uma democracia parlamentar estável e uma das sociedades mais livres e transparentes do mundo.

Contexto Histórico

Colonizada pelos britânicos no século XIX, a Nova Zelândia tornou-se uma nação autônoma em 1907 e consolidou sua independência política ao longo do século XX. É um país de maioria anglófona com uma forte população indígena maori, cuja presença tem sido cada vez mais reconhecida nas instituições públicas. A Nova Zelândia é conhecida por sua governança transparente, participação cidadã ativa e políticas sociais progressistas, características que também influenciam sua abordagem em relação à regulação digital.

Delegação em relação ao tema

A Nova Zelândia adota uma postura equilibrada na regulação da internet, buscando garantir a liberdade de expressão enquanto combate conteúdos prejudiciais. Após o atentado terrorista de *Christchurch* em 2019, o país passou a liderar iniciativas globais contra a disseminação de extremismo violento online, promovendo o chamado "*Christchurch Call*", que uniu governos e empresas de tecnologia para combater o uso da internet para fins terroristas. Internamente, o governo regula conteúdos como discurso de ódio, pornografia infantil e crimes cibernéticos, mas mantém forte respeito à privacidade e aos direitos civis. A Nova Zelândia participa de debates internacionais sobre governança digital, defendendo um modelo transparente, democrático e multissetorial. Seu sistema serve como exemplo de como proteger os usuários sem comprometer a liberdade na rede.



República Democrática do Congo

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

A República Democrática do Congo é um país africano rico em recursos naturais, mas historicamente marcado por conflitos armados e instabilidade política.

Contexto Histórico

Colonizada pela Bélgica, a RDC conquistou a independência em 1960, mas logo mergulhou em crises políticas e guerras civis. Durante o regime de Mobutu (1965–1997), o país viveu décadas de autoritarismo, corrupção e censura. Mesmo após a transição democrática iniciada nos anos 2000, a instabilidade persiste, especialmente em regiões do leste. A fragilidade das instituições, a violência armada e a repressão a opositores ainda marcam a vida política do país. Esses fatores afetam diretamente a liberdade de expressão e o ambiente digital.

Delegação em relação ao tema

Na RDC, a internet é frequentemente usada como ferramenta de controle político. O governo tem histórico de bloqueios temporários da internet e redes sociais, especialmente durante eleições, protestos ou momentos de crise. A regulação digital carece de transparência, e há denúncias frequentes de vigilância sobre jornalistas, ativistas e opositores. A censura digital e o uso de leis vagas para silenciar críticas levantam preocupações internacionais quanto à violação da liberdade de expressão online. Ao mesmo tempo, o acesso à internet ainda é limitado em várias regiões, agravando a exclusão digital. Apesar de pressões internas e externas por maior abertura, o país ainda apresenta um modelo de regulação da internet restritivo e politizado, que se distancia dos princípios democráticos de governança digital.

Ser ONU



Manuela Pinto Vieira d'Ávila

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

Manuela d'Ávila é jornalista e política brasileira (nascida em Porto Alegre em 1981), ex-vereadora, deputada estadual e federal, e candidata a vice-presidente em 2018.

Contexto Histórico

Ativista desde jovem no movimento estudantil e na União da Juventude Socialista (UJS), Manuela ingressou no PCdoB em 2001. Foi a vereadora mais jovem de Porto Alegre, deputada federal (2007–2015) e estadual (2015–2019) pelo Rio Grande do Sul. Em 2018, mobilizou debates intensos ao ser vítima de uma onda de desinformação durante sua campanha como vice de Fernando Haddad, situação que inspirou parte de sua produção literária. Após deixar o partido em 2024, voltou-se à pesquisa acadêmica e à escrita sobre moderação de conteúdo digital e governança de redes — incluindo doutorado na área.

Delegação em relação ao tema

Manuela d'Ávila atua como uma voz crítica sobre o impacto da desinformação na democracia e na integridade política. Desde as eleições de 2014, passou a ser alvo de campanhas digitais que distorceram sua imagem — incluindo montagens com frases ofensivas e acusações falsas de envolvimento em atentado, o que chegou ao Tribunal Superior Eleitoral para remoção judicial de conteúdos. Sua experiência pessoal alimentou sua militância e inspiração para livros como *E se fosse você?* (2020), nos quais analisa o papel do discurso de ódio online. Como parlamentar, apoiou iniciativas como a plataforma e-Democracia, incentivando formas participativas de debate legislativo digital . Na academia, sua pesquisa busca entender como o uso político da desinformação e do discurso de ódio exige regulamentações que respeitem a liberdade de expressão sem negligenciar a responsabilização das plataformas.



Bill Gates

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

Bill Gates é cofundador da Microsoft, empresário e filantropo norte-americano. Atualmente lidera iniciativas globais sobre infraestrutura digital, educação e saúde.

Contexto Histórico

Nos anos 1990, Gates liderou a transformação da Microsoft com seu memorando “Internet Tidal Wave” (1995), que estabeleceu a internet como prioridade estratégica da empresa . Em 2002, lançou a iniciativa “Trustworthy Computing”, focada em segurança, privacidade e confiabilidade dos sistemas . Após deixar a gestão da Microsoft, concentrou seus esforços na filantropia, conduzindo projetos que expandem a infraestrutura digital pública (como sistemas interoperáveis de identidade e pagamento) em países em desenvolvimento .

Delegação em relação ao tema

Bill Gates tem se posicionado como defensor de um modelo global de governança digital alinhado a direitos humanos e inovação responsável. Ele alerta que a internet deve ser regulada para evitar polarização, discurso de ódio e uso indevido de plataformas, sem recorrer à fragmentação ou censura excessiva . Em discussões recentes, chegou a sugerir a criação de um “órgão regulador global” para tecnologias disruptivas como inteligência artificial, defendendo que soluções globais são necessárias para temas que afetam toda a sociedade . Por meio da Fundação Gates, tem apoiado o desenvolvimento de Digital Public Infrastructure (DPI) — sistemas digitais públicos, abertos e interoperáveis — que fortalecem a inclusão digital e capacidade institucional sem comprometer a liberdade individual .



Elon Musk

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

Elon Musk é empresário, cofundador de empresas como Tesla, SpaceX e X (ex-Twitter), e uma das figuras mais influentes em tecnologia global.

Contexto Histórico

Musk fundou empresas-chave que moldaram o cenário digital: PayPal (pagamentos online), Tesla (carros conectados), SpaceX e Starlink (internet global via satélite). Depois de adquirir o Twitter em 2022 (renomeado X), implementou mudanças radicais na moderação de conteúdo e estrutura da plataforma, dissolvendo conselhos de segurança e priorizando liberdade de expressão, mesmo diante de críticas e prejuízos financeiros. Além disso, assumiu posição política ao codirigir o Departamento de Eficiência Governamental (DOGE) nos Estados Unidos, com acesso direto a sistemas públicos e influência regulatória ampla .

Delegação em relação ao tema

Elon Musk defende ser um “absolutista da liberdade de expressão”, mas sua prática política e empresarial revela um comportamento pragmático: X frequentemente acata ordens de censura de governos da Índia, Turquia e Brasil para evitar bloqueios ou multas, apesar de criticar leis de plataformas como o Online Safety Act do Reino Unido . Ele usou X para amplificar figuras da extrema direita na Europa, gerando preocupações sobre interferência política transnacional e viés algorítmico . Como crítico de regulações excessivas, Musk também tem defendido a criação de órgãos reguladores globais para IA, mas sua startup xAI assinou apenas o capítulo de segurança do Código da União Europeia, rejeitando regras de transparência por temerem inibir inovação .



Jeff Bezos

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

Jeff Bezos é empresário norte-americano, fundador da Amazon (1994) e da empresa espacial Blue Origin.

Contexto Histórico

Nascido em 1964, em Albuquerque (New Mexico), Bezos cresceu em Houston e passou parte da infância em um rancho no Texas, aprendendo valores como autonomia e espírito empreendedor . Formado em Engenharia Elétrica e Ciência da Computação por Princeton (1986), começou a carreira em Wall Street e largou o emprego em 1994 para fundar a Amazon — iniciada em sua garagem, como livraria online. A plataforma cresceu e se transformou no maior ecossistema de comércio eletrônico e computação em nuvem do mundo . Em 2021, deixou o cargo de CEO para se dedicar a projetos como a Blue Origin e o Bezos Earth Fund .

Delegação em relação ao tema

Jeff Bezos tem influenciado o debate global sobre regulação digital ao propor que tecnologias como a internet e a IA sejam governadas de forma internacional, com foco em direitos humanos e inovação responsável. Ele defende cooperação global para evitar polarização, fake news e uso abusivo de plataformas, sem fragmentar a internet em sistemas isolados . A iniciativa Project Kuiper da Amazon busca conectar populações não atendidas com internet via satélites, mostrando uma proposta de infraestrutura digital inclusiva e pública em países em desenvolvimento . No entanto, sua empresa já foi acusada de remoção de conteúdos em conformidade com governos autoritários (como China e Emirados Árabes), o que ilumina dilemas entre expansão corporativa e liberdade digital .



Zhang Yiming

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

Zhang Yiming é o engenheiro de software chinês que fundou a ByteDance em 2012, transformando-a na empresa global por trás do TikTok.

Contexto Histórico

Nasceu em 1° de abril de 1983, na província de Fujian, China, e graduou-se em Engenharia de Software pela Universidade de Nankai em 2005. Iniciou a carreira como engenheiro na Kuxun e passou brevemente pela Microsoft antes de fundar a ByteDance. Entre apps como o agregador de notícias Toutiao e o TikTok, liderou a expansão global da empresa, tornando-se a pessoa mais rica da China em 2024. Em 2021, deixou o posto de CEO para se dedicar à estratégia de longo prazo e pesquisa em inteligência artificial, mantendo controle acionário majoritário sobre a companhia .

Delegação em relação ao tema

Zhang Yiming está no centro dos debates globais sobre regulação digital graças ao sucesso internacional do TikTok. A plataforma enfrentou investigações na União Europeia por violações de privacidade e pela transferência de dados de usuários à China, sujeita ao Digital Services Act e a potenciais sanções por práticas opacas nos algoritmos . Nos EUA, legisladores propuseram a obrigatoriedade de venda do TikTok alegando riscos de segurança nacional pela lei sobre aplicativos controlados por adversários estrangeiros. Esses casos demonstram como Zhang e sua empresa se tornaram casos emblemáticos dos desafios regulatórios entre soberania digital, transparência algorítmica e liberdade de expressão global . A resposta da plataforma inclui auditorias, mecanismos de uso de dados controlado e a criação de conselhos consultivos — mas a tensão entre inovação tecnológica e políticas públicas permanece central na discussão sobre governança da internet mundial.



Mark Zuckerberg

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

Mark Zuckerberg é o co-fundador, presidente e CEO da Meta Platforms, Inc., a empresa controladora do Facebook, Instagram, WhatsApp e outras plataformas.

Contexto Histórico

Nascido em 1984, nos Estados Unidos, ele começou a desenvolver softwares na adolescência. Enquanto estudava na Universidade de Harvard, em 2004, ele lançou "Thefacebook", uma rede social inicialmente restrita a estudantes universitários. Em 2005, a plataforma se tornou acessível ao público e cresceu exponencialmente. Zuckerberg abandonou a universidade para se dedicar em tempo integral à empresa, que se tornou um dos gigantes da tecnologia mais influentes do mundo. Sob sua liderança, a empresa adquiriu outras plataformas de grande escala, como o Instagram e o WhatsApp, consolidando seu domínio no mercado de mídia social. Nos últimos anos, Zuckerberg tem direcionado o foco da empresa para a construção do metaverso, um ambiente de realidade virtual e aumentada.

Delegação em relação ao tema

A governança das plataformas de Zuckerberg tem sido um dos temas mais debatidos globalmente. A empresa e seu CEO enfrentam críticas e escrutínio constante sobre questões de privacidade de dados, como o escândalo da Cambridge Analytica, e o papel da plataforma na disseminação de notícias falsas e discurso de ódio. Em audiências no Congresso americano e em outros fóruns internacionais, Zuckerberg defendeu a posição de que as plataformas de tecnologia devem ter um papel na autorregulação, mas reconheceu que governos também precisam estabelecer regras claras para a indústria. A Meta tem investido em inteligência artificial e em moderadores de conteúdo para combater problemas como a desinformação, mas a responsabilidade das empresas de tecnologia sobre o conteúdo de seus usuários continua a ser um desafio central.

Data Privacy Brasil

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

A Data Privacy Brasil é uma organização focada em privacidade, proteção de dados e tecnologia. Oferece uma série de serviços para a sociedade brasileira.

Contexto Histórico

A Data Privacy Brasil surgiu em um momento crucial para o Brasil, no período que antecedeu a aprovação e a entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Sua fundação reflete a crescente necessidade de um espaço dedicado para discutir os direitos digitais no país, em um contexto de intensa globalização da tecnologia e de escândalos de uso indevido de dados pessoais. A organização rapidamente se consolidou como uma referência, fornecendo análises independentes sobre questões jurídicas e tecnológicas complexas. Seu posicionamento é o de um defensor de direitos, que busca garantir que a LGPD e futuras regulamentações sirvam para proteger os cidadãos, promovendo ao mesmo tempo um ecossistema digital inovador e ético.

Delegação em relação ao tema

A atuação da Data Privacy Brasil se desdobra em diversas frentes. A educação é um pilar central, com uma vasta oferta de cursos que vão desde formações introdutórias sobre a LGPD até tópicos avançados como Inteligência Artificial e Segurança da Informação. Além disso, a organização é conhecida por suas publicações e pesquisas, que se tornaram referências para advogados, acadêmicos e reguladores. Através de artigos, relatórios e eventos, ela participa ativamente do debate público, oferecendo insights sobre a governança de plataformas, os desafios do monitoramento de dados e o impacto da tecnologia na democracia. Sua influência se estende a diversos canais, sendo uma voz ativa nas redes sociais e em plataformas como o Medium.

SaferNet Brasil

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

A SaferNet Brasil é uma organização da sociedade civil que atua como uma voz ativa e representativa nos debates sobre segurança e direitos digitais no país.

Contexto Histórico

A SaferNet Brasil foi fundada em 2005, em um momento crucial para a internet no país, quando o acesso à rede se popularizava e, com ele, surgiam novos riscos e desafios. A organização nasceu da necessidade de combater o aumento de crimes cibernéticos, especialmente a exploração sexual infantil, a pirataria e a violação de direitos humanos na rede. A SaferNet foi pioneira ao criar a Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos, uma ferramenta que deu à população um canal direto e anônimo para combater ilegalidades online. Desde então, sua história é a de uma entidade que acompanha de perto a evolução da tecnologia e dos comportamentos online, adaptando sua atuação para enfrentar novos desafios como o cyberbullying, a desinformação e o discurso de ódio.

Delegação em relação ao tema

A SaferNet Brasil tem um papel fundamental na relação entre o Brasil e a governança da internet. A organização atua como um elo entre a sociedade, o poder público e o setor privado, influenciando diretamente a forma como a internet é regulada no país. Sua Central de Denúncias, por exemplo, é um instrumento crucial para o Ministério Público Federal, fornecendo dados e evidências que apoiam investigações criminais. Além disso, a SaferNet participa de debates sobre projetos de lei, como o PL 2630/2020 (conhecido como PL das Fake News), oferecendo sua experiência técnica para moldar regulamentações que busquem o equilíbrio entre segurança, liberdade de expressão e privacidade. A sua abordagem educacional e de conscientização demonstra sua crença de que a regulamentação mais eficaz não se limita a leis, mas também à capacitação dos cidadãos para se protegerem e agirem de forma responsável no ambiente digital.

Human Rights Watch

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

A Human Rights Watch (HRW) é uma organização internacional não governamental e sem fins lucrativos dedicada à pesquisa e defesa dos direitos humanos.

Contexto Histórico

A HRW começou sua atuação como a "Helsinki Watch", um grupo que monitorava o cumprimento dos acordos de direitos humanos de Helsinki na União Soviética e nos países do Leste Europeu. Com o tempo, a organização expandiu seu escopo e renomeou-se como Human Rights Watch em 1988, incorporando outras "watches" regionais (Asia Watch, Africa Watch, etc.). A atuação da HRW é baseada em investigações detalhadas. A organização envia pesquisadores para áreas de conflito, países sob regimes autoritários e outras regiões onde violações de direitos humanos são relatadas. Eles coletam evidências, entrevistam vítimas e testemunhas, e documentam os abusos. O resultado dessas investigações é a publicação de relatórios anuais e específicos que denunciam as violações e pressionam instituições a agirem.

Delegação em relação ao tema

A Human Rights Watch adota uma metodologia rigorosa e baseada em fatos. Sua atuação se concentra em:

1. Exposição: Publicação de relatórios, notícias e vídeos que denunciam abusos de direitos humanos e trazem à tona histórias de vítimas. A HRW utiliza a mídia e a opinião pública para gerar pressão sobre os responsáveis.
2. Advocacy: A organização se encontra com líderes governamentais, diplomatas e oficiais de organizações internacionais para impulsionar mudanças em leis, políticas e práticas. A HRW busca influenciar a diplomacia e a cooperação internacional para que os direitos humanos sejam uma prioridade.
3. Responsabilização: A HRW trabalha para que os autores de violações de direitos humanos sejam levados à justiça, seja em cortes nacionais ou em tribunais internacionais.

A HRW é conhecida por sua postura apartidária. Sua missão é fazer com que os direitos humanos sejam uma realidade para todos, independentemente de nacionalidade, gênero, religião ou orientação política.

Eletronic Frontier Foundation

Direitos Humanos: Governança e Regulação de mídias e redes de internet

Delegação

A Electronic Frontier Foundation (EFF) é uma organização internacional sem fins lucrativos dedicada à defesa dos direitos civis no mundo digital.

Contexto Histórico

A Electronic Frontier Foundation (EFF) nasceu em 1990, no alvorecer da era digital, em resposta à percepção de que a lei não estava preparada para lidar com os desafios do ciberespaço. Fundada por visionários como Mitch Kapor e John Perry Barlow, a organização foi criada após uma série de ações agressivas por parte do governo americano contra hackers e ativistas digitais. Nos seus primeiros anos, a EFF dedicou-se a defender legalmente indivíduos acusados de crimes relacionados a computadores, estabelecendo um precedente fundamental para a proteção de direitos civis na internet.

Com o amadurecimento da rede, a organização participou dos debates sobre a vigilância governamental em massa, lutou contra legislações que considerava restritivas, e defendeu a liberdade de expressão em plataformas online.

Delegação em relação ao tema

Desde o seu início, a organização tem atuado de forma multifacetada:

1. Defesa Legal: A EFF regularmente entra com e defende ações judiciais em todos os níveis do sistema legal para proteger a privacidade dos usuários e combater o que considera patentes de software abusivas que sufocam a inovação.
2. Advocacy Político: A organização trabalha para influenciar a legislação, monitorando projetos de lei em diversos países — incluindo o Projeto de Lei nº 2630/2020 no Brasil — e fornecendo notas técnicas e pareceres para garantir que as leis de internet não violem as liberdades individuais.
3. Ferramentas Tecnológicas: A EFF também desenvolve e promove softwares e ferramentas de código aberto para empoderar os usuários, como o Certbot (que automatiza a criptografia de sites), o Privacy Badger (que bloqueia rastreadores online) e o Cover Your Tracks (que ajuda a identificar a pegada digital do usuário).

Sua atuação ajuda a moldar o debate sobre direitos digitais no globo.